

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 30 de junho de
2018 comparativas ao balanço
patrimonial em 31 de dezembro de
2017 e às demais demonstrações
financeiras para o semestre findo
em 30 de junho de 2017.**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13
Conselho de administração	40

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Rio Grande Seguros e Previdência S.A., relativas aos resultados do semestre findo em 30 de junho de 2018 comparativo ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e ao semestre findo em 30 de junho de 2017, além do respectivo parecer dos Auditores Independentes e Relatório do Comitê de Auditoria.

O faturamento (*) da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. no primeiro semestre de 2018 foi de R\$ 359,9 milhões, aumento de 64,2% em relação ao mesmo semestre anterior.

A soma dos resultados das operações de seguros e previdência complementar alcançou R\$ 112,3 milhões no semestre, crescimento de 28,3% em relação ao mesmo período de 2017.

As provisões técnicas de seguros e previdência somaram R\$ 789,5 milhões.

A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. apresentou lucro líquido de R\$ 34,3 milhões no primeiro semestre de 2018, aumento de 28,6% em relação ao mesmo período de 2017. O patrimônio líquido atingiu R\$ 156,5 milhões em 30 de junho de 2018, acréscimo de 11,6% ao mesmo período de 2017.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações posteriores. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas da ordem de R\$ 96,6 milhões.

A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. agradece ao seu acionista e aos seus funcionários, parceiros e corretores pela conquista desses resultados. Agradece também aos clientes pela preferência e confiança, e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2018.

A Administração

* Faturamento = prêmios emitidos líquidos + contribuições para cobertura de risco + receita com emissão de apólices + rendas de contribuições e prêmios + rendas com taxas de gestão e outras taxas



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia de Seguros a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de Agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Handwritten signature of José Claudio Costa in black ink.

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.
CNPJ: 01.582.075/0001-90

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

(Em milhares de reais)

ATIVO		30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		877.014	732.143
Disponível		14.461	15.497
Caixa e Bancos		1.082	3.211
Equivalente de Caixa	Nota 5	13.379	12.286
Aplicações Financeiras	Nota 5	781.862	641.846
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		41.374	40.694
Prêmios a Receber	Nota 7	30.535	28.050
Operações com Seguradoras	Nota 8	10.654	12.644
Operações com Resseguradoras		185	-
Créditos das Operações com Previdência Complementar		45	46
Outros Créditos Operacionais	Nota 3.2	12.396	12.273
Ativos de Resseguro e Retrocessão - Prov. Técnicas	Nota 14	971	1.554
Títulos e Créditos a Receber		533	508
Títulos e Créditos a Receber		395	376
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 9	138	132
Custos de Aquisição Diferidos	Nota 14	25.372	19.725
Seguros		25.365	19.723
Previdência		7	2
ATIVO NÃO CIRCULANTE		152.730	170.513
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		151.784	169.728
Aplicações	Nota 5	76.974	112.026
Ativos de Resseguro e Retrocessão - Prov. Técnicas	Nota 14	132	118
Títulos e Créditos a Receber		31.882	23.115
Créditos Tributários e Previdenciários		134	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 17.3	31.748	23.115
Custos de Aquisição Diferidos	Nota 14	42.796	34.469
Seguros		42.759	34.455
Previdência		37	14
Investimentos	Nota 10	386	336
Imobilizado	Nota 3.5	328	275
Intangível	Nota 3.6	232	174
TOTAL DO ATIVO		1.029.744	902.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.
CNPJ: 01.582.075/0001-90

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

(Em milhares de reais)

PASSIVO		30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		336.883	310.439
Contas a Pagar		20.284	35.058
Obrigações a Pagar	Nota 11	10.779	26.101
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		988	1.015
Impostos e Contribuições		8.422	7.854
Outras Contas a Pagar		95	88
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		30.715	30.857
Operações com Seguradoras e Resseguradoras		3.155	4.219
Corretores de Seguros	Nota 15	27.067	26.261
Outros Débitos Operacionais		493	377
Débitos de Operações com Previdência Complementar		15	19
Depósitos de Terceiros	Nota 16	1.106	2.452
Provisões Técnicas - Seguros	Nota 12	270.820	229.513
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	Nota 13	13.943	12.540
NÃO CIRCULANTE		536.386	451.979
Contas a Pagar		31.582	24.120
Tributos Diferidos		-	677
Obrigações Fiscais	Nota 17.2	31.582	23.443
Provisões Técnicas - Seguros	Nota 12	427.250	357.664
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	Nota 13	77.517	70.162
Outros Débitos - Provisões Judiciais	Nota 17.1	37	33
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 18	156.475	140.238
Capital Social		72.189	72.189
Reservas de Lucros		48.650	65.515
Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.291	2.534
Lucros Acumulados		34.345	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.029.744	902.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.
CNPJ: 01.582.075/0001-90

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Prêmios Emitidos		259.096	217.689
Contribuições para Cobertura de Riscos		334	-
Varição das Provisões Técnicas de Prêmios		<u>(10.671)</u>	<u>(11.351)</u>
Prêmios Ganhos		248.759	206.338
Receita com Emissão de Apólices		1.612	1.422
Sinistros Ocorridos	Nota 22	(54.288)	(53.751)
Custos de Aquisição	Nota 22	(78.482)	(61.344)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	Nota 22	<u>(6.839)</u>	<u>(5.412)</u>
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS		110.762	87.253
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO		(594)	(171)
Rendas de Contribuições e Prêmios		96.489	-
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder		<u>(68.258)</u>	<u>-</u>
Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL		28.231	-
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas		2.332	-
Varição de Outras Provisões Técnicas		(27.802)	-
Custo de Aquisição		(1.235)	-
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		<u>(28)</u>	<u>-</u>
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA		1.498	-
Despesas Administrativas	Nota 22	(48.001)	(38.293)
Despesas com Tributos	Nota 22	(11.206)	(9.072)
Resultado Financeiro	Nota 22	10.276	9.760
Resultado Patrimonial		171	-
RESULTADO OPERACIONAL		62.906	49.477
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes		<u>17</u>	<u>4</u>
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	Nota 23	62.923	49.481
Imposto de Renda	Nota 23	(15.462)	(12.259)
Contribuição Social	Nota 23	(13.116)	(10.449)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		34.345	26.773
Quantidade de Ações		2.091	2.091
Lucro Líquido por Ação - R\$		16.425,26	12.803,74

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.
CNPJ: 01.582.075/0001-90

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Lucro Líquido do Semestre	34.345	26.773
Outros Resultados Abrangentes		
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(1.243)	696
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(2.087)	1.183
Imposto sobre o ganho (perda) originado no semestre	844	(487)
Total do Resultado Abrangente do Semestre	33.102	27.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2018 e 2017.

(Em milhares de reais)

	RESERVAS DE LUCROS							LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL EM APROVAÇÃO	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	45.196	26.993	3.451	32.795	-	260	-	108.695	
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários.....	-	-	-	-	-	696	-	696	
Aumento de Capital.....	26.993	(26.993)	-	-	-	-	-	-	
Lucro Líquido do Semestre.....	-	-	-	-	-	-	26.773	26.773	
Utilização de reserva para pagamento de dividendos.....	-	-	-	(1.827)	-	-	-	(1.827)	
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	72.189	-	3.451	30.968	-	956	26.773	134.337	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	72.189	-	6.413	42.237	16.865	2.534	-	140.238	
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários.....	-	-	-	-	-	(1.243)	-	(1.243)	
Lucro Líquido do Semestre.....	-	-	-	-	-	-	34.345	34.345	
Dividendos declarados e pagos - AGO Mar/2018.....	-	-	-	-	(16.865)	-	-	(16.865)	
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	72.189	-	6.413	42.237	-	1.291	34.345	156.475	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.
CNPJ: 01.582.075/0001-90

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017.
(Em milhares de reais)

	30/06/2018	30/06/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Semestre	34.345	26.773
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	43	43
Perda (ganho) na alienação de imobilizado intangível	(17)	(4)
Variação Impostos sobre o lucro	7.760	9.682
Variação das Provisões Técnicas Seguros	82.691	11.088
Variação das Provisões Técnicas Previdência	(24.963)	-
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(104.963)	(26.447)
Débitos/Créditos das operações de seguros e resseguros	(822)	(7.054)
Ativos de resseguro	583	257
Créditos fiscais e previdenciários	27	6.370
Depósitos judiciais e fiscais	(8.633)	(6.273)
Custos de aquisição diferidos	(13.988)	(14.345)
Outros ativos	(315)	784
Impostos e contribuições	13.604	5.990
Outras contas a pagar	8.138	5.147
Provisões técnicas - seguros e resseguros	28.203	25.687
Provisões técnicas - Previdência	33.722	-
Depósitos de Terceiros	(1.346)	(1.042)
Provisões judiciais	3	3
Outros passivos	726	3.606
Caixa Gerado pelas Operações	54.798	40.265
Impostos sobre os lucros pagos	(20.817)	(13.026)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	33.981	27.239
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Investimentos	(17)	-
Imobilizado e Intangível	-	(59)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(17)	(59)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(35.000)	(20.096)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(35.000)	(20.096)
Aumento/Redução Líquido de Caixa no Semestre	(1.036)	7.084
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	15.497	1.181
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	14.461	8.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Intermediárias.

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 COMPARATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E ÀS DEMAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017.

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., é uma controlada indireta da Icatu Seguros S.A. ("Icatu Seguros") que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu, representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias ("Demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As Demonstrações são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo "CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária".

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 29 de agosto de 2018.

2.2 Base de Mensuração

Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "ativos financeiros disponíveis para venda". A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade. Quando não é possível identificar tais prazos são classificados de acordo com estudo técnico. Passivos de exigibilidade imediata são classificados no circulante.

2.3 Moeda Funcional e de Apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e julgamentos para o registro de transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como sua divulgação. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento dos custos de aquisição para os produtos de seguros e previdência complementar, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da redução ao valor recuperável sobre créditos e outros ativos e às provisões técnicas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes podem diferir dessas estimativas. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam é efetuado no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- ✓ Redução ao Valor Recuperável (nota 3.1.c);
- ✓ Provisões Técnicas (notas 3.8 e 12);
- ✓ Aplicações Financeiras (nota 5);
- ✓ Créditos Tributários e Previdenciários (nota 9) e
- ✓ Provisões Judiciais (notas 3.10 e 17.1).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas Demonstrações:

3.1 Instrumentos Financeiros

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e conseqüentemente em trânsito. São considerados equivalentes de caixa operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e os títulos públicos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, com vencimento em até três meses a contar da data da aquisição e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, detidos diretamente pela sociedade ou através de cotas de fundos de investimentos exclusivos e não vinculados à cobertura de provisões técnicas e mantido com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

b) Instrumentos Financeiros não derivativos

Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponível para vendas e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- (I) Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ou títulos designados como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações, ajustados ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado;

- (II) Disponíveis para venda - Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de “títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado”, “títulos mantidos até o vencimento” e “empréstimos e recebíveis”. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados aos seus respectivos valores justos e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os prazos de contrato. Os ganhos apurados pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial” no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da referida conta no patrimônio líquido; e
- (III) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, Resseguros e Previdência, e demais contas a receber, não havendo registro de empréstimos. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c) Redução ao Valor Recuperável

c.1) Ativos Financeiros - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução ao valor recuperável dos recebíveis de contratos de seguros é calculada para todos os ramos operados, sendo constituída provisão de 100% das faturas vencidas há mais de 60 dias, conforme Circular SUSEP nº 517/15.

c.2) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos negociados na B3 e em mercado de balcão organizado, reconhecidos ao valor justo, que têm como objetivo principal proteger os ativos e passivos da Companhia dos riscos de mercado (nota 6).

3.2 Outros Créditos Operacionais

Essa rubrica tem por finalidade registrar os pagamentos das obrigações realizadas e ainda não reportadas pelas instituições financeiras. Com isso, o registro transitório fica aguardando o devido retorno para ser baixado, juntamente com a obrigação registrada no passivo, nas rubricas “Comissões a Pagar” e “Provisões Técnicas” (PSL).

3.3 Custos de Aquisição Diferidos

Nas operações de seguros, compreendem o diferimento do agenciamento com base no prazo de vigência das apólices com limitação de 60 meses e o diferimento da comissão e do pró-labore com base no prazo de vigência de cada risco (nota 14).

Nas operações de previdência complementar, compreendem o diferimento do comissionamento pelo prazo médio calculado atuarialmente, com base na persistência da carteira.

3.4 Investimentos

A participação acionária na Seguradora Líder é contabilizada pelo valor de custo (nota 10).

3.5 Imobilizado

Está contabilizado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em “Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes”, na demonstração do resultado.

3.6 Intangível

Está contabilizado ao custo e é constituído, basicamente, de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a..

3.7 Resultado

Os prêmios de seguros e cosseguros, suas comissões, despesas administrativas e operacionais são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas, ou à vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e apropriados em bases lineares no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de provisão para prêmio não ganho e dos custos de aquisição diferidos. São contabilizadas, também, as receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos), relativos aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas.

As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres.

As operações do Consórcio DPVAT são contabilizadas com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (“Seguradora Líder”) na proporção do percentual de participação da Companhia. Conforme definido em instrumentos do consórcio, os resultados mensais são repassados líquidos, no mês subsequente ao da apuração.

As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do exercício.

3.8 Provisões Técnicas

São constituídas conforme a metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial do plano aprovado ou elaborada especificamente para a provisão, conforme previsto na Resolução CNSP nº 321/15, Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, e de acordo com as características dos respectivos planos, exceto para o ramo DPVAT cujos valores são provenientes da Seguradora Líder (notas 12 e 13).

No passivo circulante e não circulante foram classificadas as provisões brutas de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas-base, foram classificadas no passivo não circulante. No ativo circulante foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro, obtidas por meio da diferença entre as provisões brutas e aquelas calculadas com prêmios e/ou sinistros deduzidos das operações de resseguro.

3.8.1 Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável (Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL e Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL (nota 13).

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.8.2 Provisão de Sinistros a Liquidar

Corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data das Demonstrações e ainda pendentes de regularização. A baixa das provisões técnicas ocorre pelo seu efetivo pagamento. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão (IBNER - sinistros ocorridos e não suficientemente avisados), a fim de refletir no saldo da mesma, a melhor estimativa do valor de pagamento do sinistro, considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas, etc. Os valores de sinistros a recuperar, correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente.

3.8.3 Provisão de Sinistros/Eventos Ocorridos e não Avisados

Constituída para a cobertura dos sinistros/eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações. A metodologia de cálculo utilizada é a sinistralidade esperada, apurada através do triângulo de *run-off*, que é um método estatístico-atuarial que considera o desenvolvimento histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência. Para a base de estudo utilizou-se a experiência de sinistros observados e prêmio ganho da carteira, incluindo a parcela cossegurada, dado que a experiência da carteira é conhecida pela seguradora líder. O cálculo é pautado na expectativa de sinistros deduzida dos sinistros realizados.

3.8.4 Provisão de Despesas Relacionadas

Corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros/benefícios.

3.8.5 Provisão de Prêmios não Ganhos

Constituída pela parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência do risco para riscos vigentes emitidos, considerando ainda uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios.

3.8.6 Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar

Corresponde aos valores referentes aos resgates e às devoluções de contribuições/prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade/seguradora receptora e às contribuições/prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações.

3.8.7 Provisão de Excedente Técnico

Constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado de cada apólice/certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

3.8.8 Provisão Complementar de Cobertura

Constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP).

3.9 Teste de Adequação de Passivos

A Companhia elabora semestralmente um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência por ela emitidos.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste somente até a data da renovação destes contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP.

Para os produtos de Previdência, referente aos benefícios já concedidos, o resultado do teste de adequação de passivos apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro, nos planos de cobertura por invalidez, no valor de R\$ 161, resultando na constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) referente a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC).

Para os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL), os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo, o resultado do teste de adequação de passivos não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro.

	30/06/2018
Estimativas correntes dos fluxos de caixa	4.873
Provisões Técnicas na data base	(4.712)
Resultado do TAP	<u>161</u>

3.10 Provisões Judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo “CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com o índice do Tribunal de Justiça de cada Estado, considerando que cada Tribunal utiliza um índice diferente.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas Provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica “Provisões Judiciais”, no passivo não circulante; as provisões de natureza cível vinculadas a contrato de seguros estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais (nota 17.1).

As obrigações fiscais em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada.

Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais”, no ativo não circulante. São atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR + 0,5% para os depósitos judiciais cíveis.

3.11 Impostos e Contribuições

3.11.1 Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20%.

3.11.2 Impostos Diferidos

São constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento das Demonstrações, sobre as diferenças temporárias.

Em relação a impostos diferidos de contribuição social, a Companhia realizou o cálculo segregando os créditos e débitos para os quais a estimativa de realização se dará até 31/12/2018 aplicando a alíquota de 20%. Para os demais, cuja estimativa de realização será após 31/12/2018, foi aplicada alíquota de 15%.

3.12 Contratos de Seguro

A Companhia procedeu à análise de seus negócios e concluiu que suas operações caracterizam-se de acordo com os preceitos contidos no “CPC 11 - Contrato de Seguro”.

3.14 Novas Normas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras intermediárias e não foram adotados antecipadamente:

3.14.1 IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O pronunciamento visa a substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o CPC 38 até 1º de janeiro de 2021. A Companhia adotará de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2021, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas Demonstrações ainda estão em avaliação que será concluída até a data prevista para adoção pela SUSEP, espera-se que não tenha impactos significativos nas Demonstrações da Companhia no período de adoção inicial.

3.14.2 IFRS 16 / CPC 06 R2 - Arrendamentos

O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as Demonstrações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor.

3.14.3 IFRS 17 - Contratos de Seguros

O pronunciamento IFRS 17 - Contratos de Seguros, a nova Norma de Relato Financeiro Internacional, com data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2021, que substituirá a IFRS 4 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro.

O principal objetivo da norma é assegurar que as entidades forneçam informações relevantes, atualizadas regularmente, proporcionando mais informações úteis aos usuários das demonstrações financeiras.

Exigindo que todos os contratos de seguro sejam contabilizados de forma consistente, beneficiando tanto os investidores como as companhias de seguros. As obrigações de seguro serão contabilizadas usando os valores atualizados e consistentes com o fluxo de caixa esperado de cada transação, e não o custo histórico.

4. GESTÃO DE RISCO

A Companhia está organizada em 3 linhas de defesas com papéis claros e bem definidos. A primeira linha de defesa, as unidades operacionais, também chamados de donos dos riscos - ou *risk owners*, identificam os riscos e definem os respectivos controles mitigatórios. A segunda linha de defesa, composta por Controles Internos, Atuarial, Gestão de Riscos de Negócios entre outras, é responsável pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais, áreas de controle, Diretoria e conselho de administração. Por fim, a terceira linha de defesa, executada pela auditoria interna, tem o papel fundamental na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pela segunda linha de defesa.

A Gestão de Riscos segue as etapas fundamentais de identificação, avaliação e mensuração, e monitoramento, observando cada risco individual e em conjunto, obtendo, assim, o seu perfil de riscos. O processo é contínuo, permanentemente revisado e é realizado de forma centralizada, dentro da estrutura da Icatu Seguros.

4.1 Responsáveis pela Gestão de Riscos

Em atendimento a Circular SUSEP nº 521/15, a Gestão de Riscos possui um responsável para o Grupo Icatu Seguros com reporte direto ao Diretor Presidente e ao Conselho de Administração.

4.2 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

O principal ponto de alinhamento entre o Sistema de Controles Internos e a Gestão de Riscos foi a utilização dos mesmos princípios metodológicos para a avaliação dos riscos, sendo o maior destaque a importância da qualidade dos controles nos modelos de avaliação de riscos. A formulação e a revisão das políticas de controles internos têm por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo *“Internal Control - Integrated Framework (2013)”*, emitida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (“COSO”)*.

4.3 Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos

4.3.1 Principais Riscos Associados a Instrumentos Financeiros

4.3.1.1 Risco de Crédito - Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Baseia-se, principalmente sobre aqueles relativos às aplicações financeiras.

Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos. Em moeda local, o risco soberano do Governo Brasileiro representa o menor nível de risco de crédito - nota AA-, e está relacionado às emissões locais denominadas em Reais de títulos públicos federais, no volume de R\$ 616.703 (R\$ 605.198 em 31/12/2017). O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 39.296 (R\$ 88.514 em 31/12/2017).

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente ou através de fundos de investimento exclusivos estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três:

Rating	30/06/2018							31/12/2017								
	Debêntures	CDB	DPGE	LF	FIDC	Promissória / LC		Total	Debêntures	CDB	DPGE	LF	FIDC	Promissória / LC		Total
AAA.....	12.129	6	-	26.983	6	-	-	39.124	42	8	3	6	-	-	-	59
AA+.....	22	-	-	-	-	-	-	22	6	-	-	26	6	-	-	38
AA.....	7.130	-	-	9	-	-	-	7.139	23	-	-	11	-	-	-	34
AA-.....	25.188	12.211	-	16.866	10.289	7.643	-	72.197	43	5	-	62	-	-	13	123
A+.....	1.499	1.933	-	5.133	-	-	-	8.565	13	-	-	17	-	-	-	30
A.....	5	3	-	2.032	-	-	-	2.040	6	4	-	-	-	-	-	10
A-.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	7	-	-	-	17
BB+.....	-	-	-	-	8	-	-	8	1	-	-	-	13	-	-	14
BB-.....	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
B.....	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
ND.....	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	1	-	-	4
TOTAL	45.973	14.153	1	51.023	10.303	7.643	-	129.096	138	27	3	129	20	13	-	330

Quotas de fundos de investimento não exclusivos, ações, derivativos e outras aplicações totalizam R\$ 87.120 (R\$ 72.116 em 31/12/2017).

4.3.1.2 Risco de Mercado - Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas de valor nos instrumentos financeiros devido às oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira.

Os riscos associados a essas estratégias são mensurados por meio do sistema de controle de risco *Accenture Risk Control*, além do controle de risco desempenhado pelos administradores fiduciários dos fundos.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (i) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 dia, estimado com nível de confiança de 95%, volatilidade *EWMA* (médias móveis exponencialmente ponderadas) janela de 300 dias e lambda de 0,94.

DV01 (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda esperada em um dia com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1(um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia *DV01*.

	30/06/2018			31/12/2017		
Fatores de Riscos (Em Reais)	DV-01	VAR	Exposição	DV-01	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	63	400	514.147	75	187	628.688
IPCA	60	693	358.068	48	144	137.470
Risco da Carteira	122	928	872.215	122	299	766.158

4.3.1.3 Risco de Liquidez - No âmbito dos ativos financeiros, a gestão de liquidez tem como objetivo monitorar a adequação dos prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos e demais recebíveis aos vencimentos contratuais dos passivos atuariais e operacionais da Companhia.

Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando modelo próprio adaptado às características da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em Comitê de Investimentos.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de seguros e de previdência, detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

	30/06/2018					
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total
Ativos	218.244	378	103.638	199.411	406.544	928.215
Caixa e Bancos.....	1.082	-	-	-	-	1.082
Equivalente de Caixa.....	13.379	-	-	-	-	13.379
Aplicações.....	149.636	75	103.419	199.225	406.481	858.836
Créditos das Operações.....	53.815	-	-	-	-	53.815
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas.....	332	303	219	186	63	1.103
Passivos	247.968	56.588	139.189	170.598	257.783	872.126
Contas a pagar.....	51.866	-	-	-	-	51.866
Provisões Técnicas.....	165.372	56.588	139.189	170.598	257.783	789.530
Débitos das operações.....	30.730	-	-	-	-	30.730
	31/12/2017					
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total
Ativos	217.359	630	25.794	276.101	304.170	824.054
Caixa e Bancos.....	3.211	-	-	-	-	3.211
Equivalente de Caixa.....	12.286	-	-	-	-	12.286
Aplicações.....	148.410	165	25.454	275.788	304.055	753.872
Créditos das Operações.....	53.013	-	-	-	-	53.013
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas.....	439	465	340	313	115	1.672
Passivos	228.785	49.863	118.729	144.115	218.441	759.933
Contas a pagar.....	59.178	-	-	-	-	59.178
Provisões Técnicas.....	138.731	49.863	118.729	144.115	218.441	669.879
Débitos das operações.....	30.876	-	-	-	-	30.876

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

O saldo das aplicações financeiras no período é composto por quotas de fundos de investimentos não exclusivos no valor de R\$ 87.989 (R\$ 73.390 em 31/12/2017) e quotas de fundos de investimento exclusivos, sendo o último composto como segue:

	30/06/2018					31/12/2017						
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	acima de 3 Anos	Total
Ações de Cias Abertas.....	22	-	-	-	-	22	-	-	-	-	-	-
Certificados de Depósito Bancário.....	-	8	9.350	4.795	-	14.153	5	1	12	9	-	27
Debêntures de Distribuição Pública.....	11	8	3	10.146	35.805	45.973	1	7	9	70	51	138
Letras do Tesouro Nacional.....	84	-	-	84.947	111.505	196.636	17	133	-	210.325	-	210.475
Letras Financeiras do Tesouro.....	31	-	21	26.188	91.938	118.178	10	-	-	25.304	128.036	153.350
Notas do Tesouro Nacional.....	8	-	27.754	4.701	131.432	163.895	-	-	-	-	103.932	103.932
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios.....	10.303	-	-	-	-	10.303	20	-	-	-	-	20
Operações Compromissadas.....	39.296	-	-	-	-	39.296	88.514	-	-	-	-	88.514
Letras Financeiras.....	7	18	30.960	15.033	5.005	51.023	8	28	17	66	10	129
Depósitos a Prazo com Garantia Especial.....	-	1	-	-	-	1	1	1	1	-	-	3
Nota Promissória.....	-	-	-	-	7.643	7.643	-	-	-	-	13	13
Outras Aplicações.....	(516)	40	(9)	(23)	(383)	(891)	(1.269)	(5)	-	-	-	(1.274)
Circulante - Valor justo por meio de resultado	49.246	75	68.079	145.787	382.945	646.132	87.307	165	39	235.774	232.042	555.327
Notas do Tesouro Nacional.....	25.780	-	35.340	-	-	61.120	-	-	25.415	-	-	25.415
Circulante - Disponíveis para venda	25.780	-	35.340	-	-	61.120	-	-	25.415	-	-	25.415
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	-	53.438	23.536	76.974	-	-	-	40.014	72.012	112.026
Não Circulante - Disponíveis para venda	-	-	-	53.438	23.536	76.974	-	-	-	40.014	72.012	112.026
Total Exclusivos	75.026	75	103.419	199.225	406.481	784.226	87.307	165	25.464	275.788	304.054	692.768

4.3.2 Principais Riscos Associados a Resseguro

A Companhia possui contrato de resseguro automático que é administrado por um grupo de resseguradores, abaixo segregado:

Ressegurador	Tipo	Participação		Rating
		Excesso de Danos	Catástrofe	
SCOR Brasil Re.....	Local	50%	50%	BBB pela Standard & Poor's
Swiss Re.....	Local	30%	0%	Aa3 pela Moody's
Hannover Rück.....	Admitida	10%	20%	A+ pela A.M. BEST
IRB Brasil Re.....	Local	5%	5%	A- pela A.M. BEST
Terra Brasis.....	Local	5%	5%	A+ pela Standard & Poor's
Austral Re.....	Local	0%	20%	brAA- pela Standard & Poor's

O contrato atual é não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos. A retenção da Companhia é por vida, independentemente da quantidade de coberturas contratadas, o que traz maior segurança na administração da carteira de apólices.

4.3.3 Risco Operacional - O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e *Compliance*.

A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo Gestão de Riscos Corporativos da Icatu Seguros com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de Controles Internos que reporta os resultados ao Gestor de Risco e a Diretoria.

O processo de Gestão de Riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros das perdas operacionais. Este processo permite um acompanhamento dos registros dos eventos de risco operacional ocorrido na Companhia e identificação dos processos e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de Risco Legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia.

Para os Riscos de *Compliance*, que são aqueles que envolvem o não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *Compliance*, com responsabilidade de estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os Riscos de Fraude são identificados através de estudos de risco de a Companhia ser objeto de fraudes, principalmente com relação aos produtos comercializados e suas práticas operacionais.

Com base nos estudos é desenvolvida e implementada, na forma da legislação vigente, estrutura de controles internos específicos, validada pela auditoria interna, para tratar dos riscos identificados.

4.3.4 Risco de Subscrição - é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na conquista e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Nossa política de aceitação visa selecionar de forma criteriosa os proponentes dos nossos seguros, aplicando regras e diretrizes determinadas por nossa área atuarial, mediante análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Controlando o Risco de Subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o Risco de Subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco ou resseguros.

4.3.5 Risco por Região e Ramo - Seguros e Previdência Complementar

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e por ramo, baseado nos prêmios ganhos, contribuições e Prêmio VGBL no período:

30/06/2018								
	Sudeste		Sul		Demais regiões		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Vida em Grupo.....	34.582	37,33%	58.058	62,67%	-	0,00%	92.640	37,24%
Prestamista.....	726	0,65%	110.866	99,35%	-	0,00%	111.592	44,86%
DPVAT.....	7.264	53,03%	2.134	15,58%	4.301	31,40%	13.699	5,51%
Acidentes Pessoais.....	11.986	41,80%	16.692	58,20%	-	0,00%	28.678	11,53%
Outros.....	(273)	-12,70%	2.423	112,70%	-	0,00%	2.150	0,86%
Total.....	54.285	21,82%	190.173	76,45%	4.301	1,73%	248.759	100,00%
Previdência.....	-	0,00%	28.231	100,00%	-	0,00%	28.231	100,00%
Total de Previdência.....	-	0,00%	28.231	100,00%	-	0,00%	28.231	100,00%

30/06/2017								
	Sudeste		Sul		Demais regiões		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Vida em Grupo.....	67.160	100,24%	12.513	100,24%	-	-0,24%	79.673	38,61%
Prestamista.....	52.685	96,65%	35.826	96,65%	-	3,35%	88.511	42,90%
DPVAT.....	8.124	49,40%	2.952	49,40%	4.785	50,60%	15.861	7,69%
Acidentes Pessoais.....	16.602	99,86%	5.211	99,86%	-	0,14%	21.813	10,57%
Outros.....	360	100,00%	120	100,00%	-	0,00%	480	0,23%
Total.....	144.931	94,75%	56.622	94,75%	4.785	2,32%	206.338	100,00%

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia contempla os Investimentos Financeiros classificados como Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 13.379 em 30/06/2018 (R\$ 12.286 em 31/12/2017).

5.1 Composição das Aplicações Financeiras

Descrição	30/06/2018			31/12/2017		
	Valor Contábil/Mercado	%	Rentabilidade	Valor Contábil/Mercado	%	Rentabilidade
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos (I).....	87.989	11,06%		73.390	11,22%	
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos (II).....	646.132	81,25%		555.327	84,90%	
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL).....	527.199	-		445.973	-	
Letras Financeiras do Tesouro.....	84.349	-	SELIC	81.760	-	SELIC
Operações Compromissadas.....	34.639	-	SELIC	27.646	-	SELIC
Outros.....	(55)	-		(52)	-	
Categoria I - Valor justo por meio de resultado (IV) = (I)+(II)+(III)	734.121	92,31%		628.717	96,11%	
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos (V).....	61.120	7,69%		25.415	3,89%	
Notas do Tesouro Nacional - IPCA - Menor que 1 ano.....	61.120	-	IPCA + 5,83%	25.415	-	IPCA + 5,95%
Categoria II - Disponíveis para venda (VIII)	61.120	7,69%		25.415	3,89%	
Total no Circulante (IX)=(VII)+(VIII)	795.241	100,00%		654.132	100,00%	
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos (X).....	76.974	100,00%		112.026	100,00%	
Notas do Tesouro Nacional - IPCA - Maior que 1 ano.....	76.974	-	IPCA + 5,51%	112.026	-	IPCA + 5,58%
Categoria II - Disponíveis para venda (XI) = (X)	76.974	100,00%		112.026	100,00%	
Total no Não Circulante (XIV) = (XI)+XII+XIII)	76.974	100,00%		112.026	100,00%	
Total Geral.....	872.215			766.158		

Em 30/06/2018, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda, monta R\$ 135.924 (R\$ 133.184 em 31/12/2017). Dessa forma, os ganhos e perdas não realizados, registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, montam R\$ 2.171 (R\$ 4.258 de ganho em 31/12/2016).

As quotas de fundos de investimento estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

5.2 Movimentação das Aplicações por Categorias

	Valor Justo por meio do Resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 31/12/2016	157.889	84.112	242.001
Aplicações.....	691.852	46.556	738.408
Resgates.....	(241.536)	(6.023)	(247.559)
Rentabilidade.....	20.512	8.973	29.485
Ajuste Títulos de Valores Mobiliários....	-	3.823	3.823
Saldo em 31/12/2017	628.717	137.441	766.158
Aplicações.....	266.248	-	266.248
Resgates.....	(178.326)	(3.879)	(182.205)
Rentabilidade.....	17.482	6.619	24.101
Ajuste Títulos de Valores Mobiliários....	-	(2.087)	(2.087)
Saldo em 30/06/2018	734.121	138.094	872.215

5.3 Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2018	31/12/2017
Nível 1		
Ações de Cias Abertas.....	22	-
Futuros	(113)	-
Letras Financeiras do Tesouro	118.178	153.350
Notas do Tesouro Nacional	163.895	103.932
Letras do Tesouro Nacional	196.448	210.444
Debêntures de Distribuição Pública.....	12.399	105
Operações Compromissadas.....	39.296	431
Nível 2		
Letras do Tesouro Nacional	88	31
Operações Compromissadas.....	-	88.083
Letras Financeiras.....	51.023	129
Certificados de Depósito Bancário.....	14.153	27
Debêntures de Distribuição Pública.....	33.574	33
Depósitos a Prazo com Garantia Especial.....	1	3
Fundos de Investimento Não Exclusivos.....	87.989	73.390
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios.....	10.303	20
Notas Promissórias.....	7.643	13
Futuros	(311)	-
Opções	54	-
Outras Aplicações.....	(521)	(1.274)
Total (I) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	734.121	628.717
Nível 1		
Notas do Tesouro Nacional	138.094	137.441
Total (II) Títulos disponíveis para venda	138.094	137.441
Total (I+II)	872.215	766.158

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 30/06/2018 a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3.

30/06/2018						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição	Objetivo
					(notional) Total em R\$ mil	
DAP	Vendido	2018	DI x IPCA	-	5	Hedge Índice
DAP	Comprado	2019	DI x IPCA	-	2	Hedge Índice
DAP	Vendido	2019	DI x IPCA	195	23.874	Hedge Índice
DAP	Vendido	2020	DI x IPCA	-	4	Hedge Índice
DAP	Vendido	2021	DI x IPCA	-	1	Hedge Índice
DAP	Vendido	2022	DI x IPCA	1.140	115.022	Hedge Índice
DAP	Vendido	2023	DI x IPCA	-	1	Hedge Índice
DI1	Vendido	2018	CDI	1	84	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	2019	CDI	-	1	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2019	CDI	1	114	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2020	CDI	1.003	84.757	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	2021	CDI	-	3	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2021	CDI	1.000	75.661	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2022	CDI	500	35.623	Hedge Taxa pré fixada
T10	Vendido	2018	Treasury Notes 10 Anos	-	1	Hedge Índice

31/12/2017

Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional)		Objetivo
					Total em R\$ mil		
DAP	Vendido	15/mai/19	DI x IPCA	0,09	11.182		Hedge Índice
DAP	Vendido	17/mai/21	DI x IPCA	0,01	915		Hedge Índice
DAP	Vendido	15/ago/22	DI x IPCA	0,02	1.705		Hedge Índice
DAP	Vendido	15/mai/23	DI x IPCA	0,01	816		Hedge Índice
DI1	Vendido	02/abr/18	CDI	0,17	16.923		Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	02/jul/18	CDI	1,38	133.251		Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/jul/19	CDI	0,34	30.932		Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/out/19	CDI	1,18	103.506		Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	02/jan/20	CDI	2.450,86	209.785.023		Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/jul/20	CDI	3,27	266.337		Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	04/jan/27	CDI	1.705,00	68.628.842		Hedge Taxa pré fixada

7. PRÊMIOS A RECEBER

A composição do saldo de prêmios a receber por ramo segue abaixo:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prestamista.....	17.183	16.738
Acidentes Pessoais Coletivo.....	4.045	3.577
Vida em Grupo.....	9.142	7.678
Outros.....	186	63
Total de Prêmios a Receber	<u>30.556</u>	<u>28.056</u>
Provisão para Redução ao Valor Recuperável.....	(21)	(6)
Total	<u><u>30.535</u></u>	<u><u>28.050</u></u>

A movimentação dos prêmios a receber e da provisão para redução ao valor recuperável compõem-se como segue:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo Inicial	<u>28.050</u>	<u>16.197</u>
(+) Prêmios Emitidos.....	263.246	452.549
(-) Prêmios Cancelados.....	(4.149)	(3.447)
(-) Recebimentos.....	(256.591)	(437.243)
Prêmios a Receber	<u>30.556</u>	<u>28.056</u>
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(21)	(6)
Saldo Final	<u><u>30.535</u></u>	<u><u>28.050</u></u>

Os prêmios a receber por vencimento e a provisão para redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma, considerando seus vencimentos contratuais:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer		
De 1 até 30 dias.....	30.335	27.932
Vencidos		
1 até 30 dias.....	204	114
31 até 60 dias.....	3	8
acima de 60 dias.....	14	2
Total de Prêmios a Receber	<u>30.556</u>	<u>28.056</u>
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(21)	(6)
Total	<u><u>30.535</u></u>	<u><u>28.050</u></u>

A provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis de contratos de seguros é calculada para todos os ramos operados, sendo constituída provisão de 100% para os clientes com faturas vencidas há mais de 60 dias, independente de existirem outros valores a vencer deste mesmo devedor, conforme Circular SUSEP nº 517/15 e alterações.

8. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

Operações com Seguradoras estão classificadas no ativo circulante e são compostas por Prêmios a Receber, vencidos, de Cosseguro Aceito com a líder Icatu Seguros S.A., no valor de R\$ 10.654 (R\$ 12.644 em 31/12/2017). Os valores são liquidados no mês subsequente ao registro da emissão.

9. CRÉDITOS E DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

1) Os créditos tributários são compostos da seguinte forma:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Impostos a Recuperar		
Imposto de Renda.....	119	119
Outros.....	19	13
Total Circulante	<u><u>138</u></u>	<u><u>132</u></u>

2) Os créditos tributários diferidos de diferenças temporárias da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, atualização monetária de depósitos judiciais e provisão de Fundo de Marketing.

Conforme Circular Susep nº 517/15 e alterações posteriores, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos 10 anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa.

Diferenças Temporárias		
<u>Imposto de Renda/Contribuição Social</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão p/ Contingências Fiscais	37	33
Outras Provisões	304	311
Fundo de Marketing	1.625	1.450
Atualização Depósito Judicial	(4.345)	(3.353)
COFINS Exigibilidade Suspensa	4.052	3.437
PIS Exigibilidade Suspensa	658	559
Total das Provisões temporárias	<u><u>2.331</u></u>	<u><u>2.437</u></u>
Alíquota aplicada - IRPJ- 25%	<u><u>583</u></u>	<u><u>609</u></u>
Alíquota aplicada - CSLL - 15% e 20%	<u><u>431</u></u>	<u><u>438</u></u>

10. INVESTIMENTOS

A participação que a Companhia possui na Seguradora Líder, no montante de R\$ 386, contabilizado ao custo de aquisição (R\$ 336 em 31/12/2017).

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

O passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações. São compostas da seguinte forma:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores.....	88	217
Dividendos a Pagar.....	-	18.135
Pagamentos a realizar	276	1.246
Provisão Fundo de Marketing.....	1.625	1.450
Prestação de Serviços Compartilhados.....	8.788	3.925
Outras Contas a Pagar.....	2	1.128
Total	<u>10.779</u>	<u>26.101</u>

A rubrica "Prestação de Serviços Compartilhados" apresenta um crescimento de R\$ 4.863, em relação à 2017, em função do crescimento do faturamento dos prêmios de seguros diretos, que são a base de cálculo dos honorários.

12. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS- SEGUROS

12.1 PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

As Provisões Técnicas estão classificadas no passivo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e são compostas da seguinte forma:

Provisões Técnicas	<u>30/06/2018</u>			<u>31/12/2017</u>		
	<u>Pessoas (*)</u>	<u>Sobrevivência</u>	<u>Total</u>	<u>Pessoas (*)</u>	<u>Sobrevivência</u>	<u>Total</u>
<u>Circulante</u>						
Prêmios não Ganhos.....	21.804	-	21.804	17.142	-	17.142
Prêmios não Ganhos - RVNE.....	11.600	-	11.600	10.590	-	10.590
Sinistros a Liquidar	45.476	-	45.476	46.284	-	46.284
Excedente Técnico.....	51	-	51	51	-	51
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	126.543	-	126.543	100.357	-	100.357
Benefícios a Conceder.....	-	63.176	63.176	-	52.825	52.825
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar.....	-	1.091	1.091	-	1.745	1.745
Provisão para Despesas Relacionadas.....	1.079	-	1.079	519	-	519
	<u>206.553</u>	<u>64.267</u>	<u>270.820</u>	<u>174.943</u>	<u>54.570</u>	<u>229.513</u>
<u>Não Circulante</u>						
Prêmios não Ganhos.....	23.023	-	23.023	18.684	-	18.684
Sinistros a Liquidar	3.224	-	3.224	3.092	-	3.092
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	22.351	-	22.351	19.275	-	19.275
Benefícios a Conceder.....	-	378.614	378.614	-	316.579	316.579
Provisão para Despesas Relacionadas.....	38	-	38	34	-	34
	<u>48.636</u>	<u>378.614</u>	<u>427.250</u>	<u>41.085</u>	<u>316.579</u>	<u>357.664</u>

(*) com DPVAT

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Provisões Técnicas - Seguros *	Saldos em		Constituições	Reversões	Atualização Monetária	Saldos em		Constituições	Reversões	Atualização Monetária	Saldos em
	31/12/2016	Transf. Carteira				31/12/2017	30/06/2018				
Prêmios não Ganhos	25.636	-	19.341	(9.151)	-	35.826	12.263	(3.262)	-	-	44.827
Prêmios não Ganhos - RVNE	4.602	-	11.160	(5.172)	-	10.590	3.607	(2.597)	-	-	11.600
Benefícios a Conceder.....	-	360.323	45.578	(40.727)	4.229	369.403	90.282	(28.067)	10.172	441.790	
Sinistro a Liquidar.....	47.510	-	26.671	(26.248)	1.444	49.377	13.999	(15.176)	500	48.700	
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	77.798	-	69.222	(33.052)	5.664	119.632	35.855	(8.721)	2.128	148.894	
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	-	844	3.824	(2.923)	-	1.745	5.574	(6.228)	-	1.091	
Excedente Técnico.....	84	-	30	(63)	-	51	-	-	-	51	
Provisão de Despesas Relacionadas.....	561	-	510	(567)	49	553	913	(368)	19	1.117	
	156.191	361.167	176.336	(117.903)	11.386	587.177	162.493	(64.419)	12.819	698.070	

Custos de Aquisição Diferidos	Saldos em		Reversões	Saldos em		Reversões	Saldos em	
	31/12/2016	Constituições		31/12/2017	Constituições		30/06/2018	
	28.398	25.922	(142)	54.178	14.018	(72)	68.124	

(*) com DPVAT

O desenvolvimento de sinistros a liquidar de seguros e previdência está demonstrado a seguir:

	Ano de aviso do sinistro				Total
	2015	2016	2017	2018	
No ano do aviso	8.482	65.143	72.418	32.363	178.406
1 ano após o aviso	7.399	52.810	59.308	-	119.517
2 anos após o aviso	6.624	48.060	-	-	54.684
3 anos após o aviso	6.577	-	-	-	6.577
Estimativa na data base (2018) [a]	6.577	48.060	59.308	32.363	146.308
Pagamentos efetuados [b]	6.269	45.194	48.140	7.321	106.924
Sinistros pendentes [c] = [a] - [b]	308	2.866	11.168	25.042	39.384
Valor de Sinistros Pendentes					39.384
Sinistros a Liquidar DPVAT					9.670
Sinistros a Liquidar Total					49.054

12.2 TESTE DE SENSIBILIDADE - SEGUROS

VARIÁVEL	Premissas	Efeito no Resultado e no Patrimônio Líquido *		Efeito no Resultado e no Patrimônio Líquido	
		30/06/2018		31/12/2017	
		Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Sinistralidade	Aumento de 5% de Sinistralidade	4.474	4.433	3.804	3.753
Sinistralidade	Redução de 5% de Sinistralidade	(4.474)	(4.433)	(3.804)	(3.753)

A premissa considerada no teste foi apurada com base na experiência observada e o percentual de 5% mostrou-se suficiente para cobertura das oscilações analisadas.

13. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

13.1 PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

As Provisões Técnicas de Previdência Complementar estão classificadas no passivo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e são compostas da seguinte forma:

Provisões Técnicas	30/06/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios não Ganhos	60	-	60	57	-	57
Benefícios a Conceder.....	12.214	73.196	85.410	10.949	65.620	76.569
Benefícios Concedidos.....	542	4.170	4.712	525	4.070	4.595
Sinistro a Liquidar.....	354	-	354	333	-	333
Eventos Ocorridos mas não Avisados.....	261	-	261	203	-	203
Provisão de Despesas Relacionadas.....	1	8	9	1	8	9
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	493	-	493	414	-	414
Provisão Complementar de Cobertura.....	18	143	161	58	464	522
	13.943	77.517	91.460	12.540	70.162	82.702

As movimentações das Provisões Técnicas e dos Custos de Aquisição Diferidos de Previdência estão demonstradas a seguir:

Provisões Técnicas - Previdência	Transf. Carteira	Constituições	Reversões	Atualização	Saldos em	Constituições	Reversões	Atualização	Saldos em
				Monetária	31/12/2017			Monetária	30/06/2018
Prêmios não Ganhos	41	79	(63)	-	57	9	(6)	-	60
Prêmios não Ganhos - RVNE	1	-	(1)	-	-	-	-	-	-
Benefícios a Conceder.....	71.440	9.208	(4.886)	807	76.569	13.924	(6.862)	1.779	85.410
Benefícios Concedidos.....	4.557	15	(46)	69	4.595	306	(431)	242	4.712
Sinistro a Liquidar.....	36	289	-	8	333	313	(292)	-	354
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	148	293	(238)	-	203	92	(34)	-	261
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar .	177	675	(437)	-	415	2.499	(2.421)	-	493
Provisão de Despesas Relacionadas.....	6	3	-	-	9	1	(1)	-	9
Provisão Complementar de Cobertura.....	-	521	-	-	521	51	(411)	-	161
	76.406	11.083	(5.671)	884	82.702	17.195	(10.458)	2.021	91.460

Custos de Aquisição Diferidos	Constituições	Reversões	Saldos em	Constituições	Reversões	Saldos em
			31/12/2017			30/06/2018
	16	-	16	29	(1)	44

13.2 TESTE DE SENSIBILIDADE - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Os testes de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: Taxa de juros (1% a.a. ETTJ), Desistência (10%), Longevidade (10%), Conversão de Renda (5%) em 30/06/2018.

Nas premissas Desistência e Conversão de Renda o impacto foi nulo, as demais premissas não indicam impacto significativo no resultado e patrimônio líquido, conforme quadro abaixo:

VARIÁVEL	Premissas	Efeito no Resultado e no Patrimônio Líquido		Efeito no Resultado e no Patrimônio Líquido	
		30/06/2018		31/12/2017	
		Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Taxa de Juros	Redução de 1%aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	381	381	407	407
Taxa de Juros	Aumento de 1%aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	(159)	(159)	(354)	(354)
Sobrevivência	Agravo de 10% na taxa de sobrevivência	199	199	206	206
Sobrevivência	Redução de 10% na taxa de sobrevivência	(159)	(159)	(188)	(188)

As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada. Na Desistência o choque de 10% representa o dobro da oscilação média observada. Na Conversão em renda, o incremento de 5% representa um aumento de 50% na média histórica de conversão em renda. Na Longevidade, a premissa de 10% aplicada sobre uma tábua realista já representa um cenário de stress. Com base em dados históricos um choque de 1% na Taxa de Juros é considerado uma oscilação representativo frente médias do mercado.

14. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	789.530	669.879
Exclusão:		
Custos de Aquisição Diferidos (redutores) {a}.....	(12.964)	(12.394)
Provisões Técnicas - Resseguros (redutores) {b}.....	(911)	(1.103)
Necessidade de Cobertura.....	<u>775.655</u>	<u>656.382</u>
Ativos Oferecidos em Garantia		
Quotas de Fundo de Investimento - Exclusivo	770.847	680.482
Quotas de Fundo de Investimento - Não Exclusivo	87.989	73.390
Total de Ativos Vinculados	<u>858.836</u>	<u>753.872</u>
Quotas de Fundo de Investimento - Exclusivo	13.379	12.286
Equivalente de caixa	<u>13.379</u>	<u>12.286</u>
Total de Aplicações	<u>872.215</u>	<u>766.158</u>
Valor Excedente de Ativos Vinculados à Cobertura	<u>96.560</u>	<u>109.776</u>

a) Custos de Aquisição Diferidos: Circulante R\$ 25.372 e Não Circulante R\$ 42.796, total R\$ 68.168 sendo redutores R\$ 12.964 e não redutores R\$ 55.204.

b) Provisões Técnicas - Resseguros: Circulante R\$ 971 e Não Circulante R\$ 132, total de R\$ 1.103 sendo redutores R\$ 911 e não redutores R\$ 192.

15. CORRETORES DE SEGUROS

São comissões sobre prêmios de seguros diretos e cosseguro aceito e são compostas como segue:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prestamistas.....	13.998	14.310
Vida em Grupo.....	3.115	9.177
Acidentes Pessoais....	9.778	2.725
Outros	176	49
Total	<u>27.067</u>	<u>26.261</u>

16. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, cujas apólices e certificados ainda não foram emitidos, e a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios e contribuições que ainda não foram identificados, classificados no passivo circulante. A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
1 até 30 dias.....	284	2.029
31 até 60 dias.....	103	83
61 até 120 dias.....	201	139
121 até 180 dias.....	151	92
acima de 180 dias.....	367	109
Total	<u>1.106</u>	<u>2.452</u>

17. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

17.1 Provisões Judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referente às causas fiscais, cíveis e trabalhistas.

17.1.1 Provisões Judiciais - Fiscais

Em causas fiscais, existem 9 processos, sendo 8 processos com probabilidade possível, cujo valor estimado do risco é de R\$ 1.711 (R\$ 1.626 em 31/12/2017) e 1 processo com probabilidade provável, cujo valor provisionado e estimado do risco é de R\$ 37 (R\$ 33 em 31/12/2017).

17.1.2 Provisões Judiciais - Cíveis

Em causas cíveis, existem 16 processos, sendo: 12 processos, tendo como principais causas, discussão de sinistros recusados, todos com probabilidade possível, com valor estimado do risco em R\$ 284; 3 com probabilidade remota, com valor estimado do risco em R\$ 40 (R\$ 36 em 31/12/2017) e 1 processo com probabilidade provável, com valor estimado do risco em R\$ 40 (R\$ 38 em 31/12/2017), que é apresentado no conjunto da provisão de sinistros a liquidar, na rubrica "Provisões Técnicas - Seguros" (nota 12.1).

17.1.3 Provisões Judiciais - Trabalhistas

Em causas trabalhista, existem 2 processos (ex-funcionária de um prestador de serviço) com probabilidade de perda possível, cujo valor estimado do risco é de R\$ 220 (R\$ 100 em 31/12/2017).

17.2 Obrigações Fiscais

As obrigações fiscais são registradas no passivo não circulante na rubrica Outras Contas a Pagar e são compostas como segue:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2017	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 30/06/2018
Contribuição social	7.958	10.334	1.156	19.448	6.949	474	26.871
COFINS	2.235	990	212	3.437	522	93	4.052
PIS	363	161	34	558	85	16	659
Total	10.556	11.485	1.402	23.443	7.556	583	31.582

A seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais, oriundos de obrigações legais:

TESE	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Depósito Judicial		Provisão	
			30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.	Possível	Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 2ª instância.	R\$ 25.058	R\$ 17.268	R\$ 26.871	R\$ 19.448
PIS/Cofins - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Alargamento da base - Aguardando decisão do STF e STJ; Ativo garantidor - 2ª instância e Ativo livre - 2ª instância.	R\$ 5.709, sendo R\$ 4.911 COFINS, e R\$ 798 PIS	R\$ 5.012, sendo R\$ 4.311 COFINS, e R\$ 701 PIS	R\$ 4.710, sendo R\$ 4.052 COFINS, e R\$ 658 PIS	R\$ 3.995, sendo R\$ 3.437 COFINS, e R\$ 558 PIS
CPMF - Sobre o valor da transferência da quota FIE/FIFE que integra a transferência da carteira da Canadá Life.	Possível	Aguardando decisão do STF e STJ	R\$ 709	R\$ 699	-	-

17.3 Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais relativos às Obrigações Fiscais, Cíveis e Trabalhistas são registrados no ativo não circulante, sendo o total de provisões Cíveis no valor de R\$ 134 e as provisões Fiscais no valor de R\$ 31.614 são compostos como segue:

Segue abaixo, a movimentação dos Depósitos Judiciais Fiscais:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2017	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 30/06/2018
Contribuição social	7.539	8.698	1.031	17.268	6.948	842	25.058
COFINS	1.251	2.336	822	4.409	484	117	5.010
PIS	188	380	133	701	79	18	798
CPMF	669	-	30	699	-	10	709
Outros	36	-	2	38	-	1	39
Total	9.683	11.414	2.018	23.115	7.511	988	31.614

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social

O capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 72.189, representado por 2.091 ações ordinárias nominativas.

18.2 Reservas de Lucros

As Reservas de Lucros de R\$ 48.650 são compostas por:

Reserva legal de R\$ 6.413 que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

Reserva Estatutária de R\$ 42.237 é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

Em março de 2018, a Companhia realizou o pagamento de dividendos no valor de R\$ 35.000, provisionados em dezembro de 2017, sendo R\$ 16.865 referentes à dividendo adicional, provisionado em "Reservas de Lucros" e R\$ 18.135 referentes a dividendo mínimo obrigatório, provisionado no passivo circulante.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

Calculado conforme a Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores:

	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido	156.475	140.238
Ajustes Contábeis	(617)	(510)
Participação Coligadas e Controladas.....	(386)	(336)
Ativos Intangíveis.....	(231)	(174)
Ajustes Associados a variação dos valores econômicos	4.633	4.349
Superávit de fluxos de prêmios/cont. não registradas.....	3.991	3.425
Redução no TAP referente a diferença de marcação dos ativos vinculados.....	(88)	-
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas.....	730	924
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	160.491	144.077
Capital Base (CB)	15.000	15.000
Capital de Risco de Crédito.....	5.943	6.380
Capital de Risco de Subscrição.....	67.438	60.203
Capital de Risco - Mercado.....	13.676	12.500
Capital de Risco - Redução por correlação.....	(11.739)	(11.101)
Capital de Risco - Operacional.....	1.830	1.970
Capital de Risco (CR)	77.148	69.952
Capital Mínimo Requerido - CMR = (MAX(CB,CR))	77.148	69.952
Suficiência	83.343	74.125
Razão PLA/CMR	2,08	2,06

Em atendimento ao CNSP a Companhia apresenta montante em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do seu Capital Mínimo Requerido - CMR obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

20. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas seguem abaixo:

	30/06/2018	31/12/2017		30/06/2018	30/06/2017
Ativo			Receitas		
Contas a Receber	11.952	8.818	Icatu Seguros S/A (Controladora*)[b].....	111.084	150.022
Icatu Seguros S/A (Controladora*) [b].....	8.154	5.707	Icatu Seguros S/A (Controladora*)[b].....	100.455	128.323
Icatu Capitalização S.A.(Ligada)[d].....	3.771	2.718	Icatu Capitalização S.A.(Ligada)[d].....	10.629	21.699
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Outros)[a]....	27	393			
Passivo			Despesas		
Contas a Pagar	(8.632)	(21.987)	Icatu Seguros S/A (Controladora*)[b].....	(132.930)	(122.605)
Banrisul Icatu Participações S/A (Controladora) [e].....	-	(18.135)	Icatu Seguros S/A (Controladora*)[b].....	(95.070)	(89.416)
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Outros)[a]....	(487)	(371)	Icatu Capitalização S.A.(Ligada)[d].....	(14.172)	(23.275)
Icatu Consultoria Ltda. (Ligada)[c].....	(8.145)	(3.481)	Icatu Consultoria Ltda. (Ligada)[c].....	(23.688)	(9.914)
Total (Ativo - Passivos)	3.320	(13.169)	Total (Receitas - Despesas)	(21.846)	27.417

* Controladora indireta

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

a] O saldo referente à Seguradora Líder origina-se da participação da Companhia no Consórcio, que registra a operação e repassa a informação, sem movimentação financeira, constituindo, um "Contas a Receber/Pagar".

b] Valores referentes acordo operacional de cosseguro, firmado com a Icatu Seguros. Os valores do contas a receber são liquidados nos meses subsequentes.

c] Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Consultoria Ltda. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes.

d] A Companhia adquire títulos de capitalização emitidos pela Icatu Capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado da Companhia uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia. Os efeitos dessa operação estão registrados na demonstração do resultado na rubrica "Outras Receitas e Despesas Operacionais".

e] Valor referente a dividendos a pagar sobre as movimentações oriundas da distribuição de resultados. O valor de 2017 foi pago em março de 2018.

21. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

Os principais ramos de atuação estão assim compostos:

Ramo	30/06/2018			30/06/2017		
	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento
Vida em Grupo.....	92.639	15,2%	33,5%	79.673	13,1%	31,3%
Prestamistas.....	111.592	21,0%	33,0%	88.510	30,0%	32,0%
DPVAT.....	13.700	84,9%	1,3%	15.861	85,7%	1,2%
Acidentes Pessoais.....	28.678	16,2%	34,8%	21.814	14,2%	35,6%
Outros.....	2.150	21,3%	23,1%	480	1,9%	33,5%
Total	248.759			206.338		

22. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/06/2018	30/06/2017
Sinistros Ocorridos	(54.288)	(53.751)
Indenizações Avisadas.....	(27.229)	(27.312)
Indenizações Avisadas de Consórcios e Fundos.....	(7.224)	(6.975)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	(16.992)	(16.549)
Despesas com Sinistros.....	(2.843)	(2.915)
Custos de Aquisição	(78.482)	(61.344)
Comissões sobre Prêmio Retido.....	(92.176)	(75.470)
Variação Comissões Diferidas.....	13.866	14.316
Comissões - DPVAT.....	(172)	(190)
Outras Receitas e Despesas Operacionais - Seguros e Resseguros	(6.839)	(5.412)
Despesas com Cobrança.....	(1.361)	(1.354)
Reversão (Constituição) de Provisão para Riscos de Créditos.....	36	(126)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....	(46)	(322)
Despesas c/ Operações Seguros.....	(5.468)	(3.610)
Despesas Administrativas	(48.001)	(38.293)
Pessoal Próprio.....	(12)	(22)
Serviços de Terceiros.....	(42.123)	(33.599)
Localização e Funcionamento.....	(2.049)	(1.612)
Publicidade e Propaganda.....	(2.333)	(2.047)
Convênio DPVAT.....	(1.052)	(798)
Publicações.....	(54)	(52)
Outras Despesas Administrativas.....	(378)	(163)
Despesas com Tributos	(11.206)	(9.072)
COFINS.....	(9.317)	(7.613)
PIS.....	(1.514)	(1.238)
Taxa de Fiscalização.....	(339)	(159)
Outras Despesas com Tributos.....	(36)	(62)
Resultado Financeiro	10.276	9.760
Receitas Financeiras.....	26.060	13.647
<i>Categoria - Valor Justo por meio do Resultado</i>		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos.....	14.954	4.862
<i>Categoria - Disponível para Venda.....</i>		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos.....	7.595	4.032
Convênio DPVAT.....	2.528	3.871
Outras Receitas Financeiras.....	983	882
Despesas Financeiras	(15.784)	(3.887)
<i>Categoria - Disponível para Venda.....</i>		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos.....	(976)	-
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Previdência.....	(12.107)	-
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros.....	(2.640)	(3.834)
Outras Despesas Financeiras.....	(61)	(53)

23. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2018		30/06/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações.....	62.923	62.923	49.481	49.481
Resultado antes dos Impostos	62.923	62.923	49.481	49.481
Adições	1.418	1.418	3.694	3.694
Adição Permanente.....	169	169	-	-
Doações e Patrocínios Indedutíveis.....	356	356	133	133
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	3	3	31	31
Outras Provisões.....	175	175	2.805	2.805
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa.....	715	715	725	725
Exclusões	(1.171)	(1.171)	(2.521)	(2.521)
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	-	-	(27)	(27)
Outras Provisões.....	(8)	(8)	(1.732)	(1.732)
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial.....	(992)	(992)	(762)	(762)
Dividendos Recebidos.....	(171)	(171)	-	-
Resultado Ajustado	63.170	63.170	50.654	50.654
Compensação Prej. Fiscal / Base Negativa.....	-	-	(15.196)	(15.196)
Lucro após as Compensações	63.170	63.170	35.458	35.458
Alíquotas Oficiais.....	15% + 10%	20%	15% + 10%	20%
Despesas / Constituição / Reversão com IRPJ/CSLL.....	(15.781)	(12.634)	(8.853)	(7.092)
Incentivos Fiscais.....	345	-	133	-
Reversão da Provisão de Créditos Tributários.....	(26)	(7)	(3.539)	(2.836)
Atualização Processo Judicial CSLL.....	-	(475)	-	(521)
Despesas com IRPJ/CSLL	(15.462)	(13.116)	(12.259)	(10.449)
Alíquota Efetiva	24,6%	20,8%	24,8%	21,1%

24. EVENTO SUBSEQUENTE

Após decisão desfavorável dos embargos de divergência contra o Acórdão proferido no Agravo Regimental que negou provimento, referente ao Mandado de Segurança que versa sobre a mudança da alíquota de CSLL de 9% para 15%, a Companhia decidiu não interpor Agravo Interno. Como consequência, haverá o trânsito em julgado da ação. Os valores em discussão se encontram integralmente provisionados e depositados em juízo.

25. COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 30/06/2018 da Icatu Seguros.

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A

CNPJ: 01.582.075/0001-90

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Luciano Snel Corrêa

Conselheiros

Luiz Gonzaga Veras Mota

Ademar Schardong

Melissa Guagnini Hoffmann Custódio

DIRETORIA

Diretor Presidente

Cesar Luiz Salazar Saut

Diretores

Suzana Flores Cogo

Marcio de Moraes Palmeira

Contador

Marcos Célio Santos Nogueira

CRC-RJ nº 089.351/O-8

Atuário

Lígia de Abreu Sodré Pires

MIBA nº 1394